

O CEFEP (CNBB) e os parceiros, Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora - CEPAST, Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB e Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP comunicam que estão abertas as inscrições da **4ª edição** do curso de **“Capacitação para Conselheiros e Conselheiras de Políticas Públicas”**.

MODALIDADE: em **formato totalmente virtual**, no período de agosto a outubro de 2023, com uma **videoconferência semanal, sempre às segundas-feiras das 20hs às 22hs** (horário de Brasília) e atividades na plataforma Moodle durante a semana. O curso totaliza oitenta (80) horas.

Para isso, os **REQUISITOS MÍNIMOS** para os/as interessados/as são acesso à internet, de preferência por computador (*ou pelo celular*) e disponibilidade de tempo de ao menos **SEIS HORAS SEMANAIS** (*incluindo as videoconferências das 2^{as} feiras*) pois o processo prevê uma série de atividades de aprofundamento dos conteúdos debatidos.

FINALIDADE: qualificar as lideranças que atuam em nome da Igreja Católica nos diversos **Conselhos de Direitos** (*Conselhos de Políticas Públicas*) em âmbito municipal, estadual e federal.

PÚBLICO ALVO: lideranças que sejam ou já tenham sido conselheiros/as de direitos (*ou desejam ser*) e que, portanto, tenham (*afinidade e*) experiência na área e sejam capazes de multiplicar a formação em suas realidades próprias.

Que sejam lideranças diocesanas indicadas pela autoridade local: o (arce) bispo ou quem lhe faz as vezes; ou ainda, pelas escolas locais de Fé e Política, CNLB, Comissões de Justiça e Paz e Pastorais Sociais locais.

PERFIL:

- ✓ Seja conselheiro/a, já tenha sido ou deseja exercer esse papel com articulação e participação em grupo/os de apoio para multiplicar e capilarizar a capacitação até chegar às bases (municípios);
- ✓ E/ou já tenha participado de cursos de Fé e Política ou Fé e Cidadania;
- ✓ E/ou membro do Conselho de Leigos local – CNLB, ou da Comissão de Justiça e Paz;

NÚMERO DE VAGAS: Cento e cinquenta (150) para todo o Brasil.

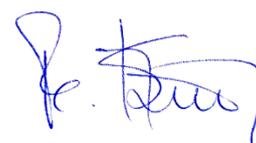
INSCRIÇÕES: de 19/06/2023 até 20/07/2023, acessando o link de inscrição: <https://forms.office.com/r/zSmXrxQE7D>

FINANCIAMENTO: capacitação é financiada pelos parceiros proponentes, sem custo financeiro para os/as cursistas.

*Iniciado em 2020 e com o apoio e acompanhamento das Comissões para o Laicato e da Ação Sócio Transformadora e da presidência da CNBB, este projeto já teve três edições precedentes, sendo a primeira presencial e as duas outras remotas, com cerca de **66%** das dioceses do Brasil beneficiadas e **493 lideranças** capacitadas. Obteve avaliação extremamente positiva por parte dos participantes, possibilitando a mudança de práticas.*

Vivemos nesse momento, com esperança e boas expectativas a retomada da valorização das Políticas Públicas e incentivos da participação em Conselhos pelo governo federal. Sabemos, no entanto, que mais do que nunca é preciso que a sociedade se fortaleça para contribuir e mesmo cobrar a efetivação dos direitos sociais já garantidos por lei. Por isso, é necessário, continuar oferecendo formação adequada às lideranças que representam a Igreja Católica nos espaços públicos.

OBS: estamos a disposição para esclarecer eventuais dúvidas pelo e-mail: cefep@secretaria.org.br e pelo celular / WhatsApp: 61 98155 7198.



Pe. Paulo Adolfo Simões
Secretário Executivo

Brasília, 13 de junho de 2023

PROGRAMAÇÃO

Data	Tema
14/08	Abertura da 4ª Turma de Capacitação de Conselheiros/as de Políticas Públicas
28/08	1) Mística cristã e espiritualidade: Ser "Sal da Terra e Luz do Mundo" (Mt 5, 13-14).
04/09	2) Os Direitos Humanos e Sociais no arcabouço jurídico e político brasileiro.
11/09	3) Fundamentos de Fé e Política – Doutrina Social da Igreja.
18/09	4) Os desafios da esfera pública para o cristão/ã conselheiro/a de direito.
25/09	5) Ciclos de Políticas Públicas e Incidência Política.
2/10	6) Crise do sistema representativo e a importância do fortalecimento da democracia
9/10	7) Noções básicas do ciclo orçamentário das políticas públicas.
16/10	8) Os mecanismos da democracia participativa (Conselhos, fóruns, audiências públicas, entre outros) e direta (plebiscito, referendo, iniciativa popular)
23/10	9) Horizontes e perspectivas do desafio do controle das políticas públicas e Projeto Encantar a Política.
30/10	10) O desafio da formação e acompanhamento dos Conselheiros/as de políticas públicas.